

Agricultura Urbana: prática sócio-política a caminho do reconhecimento e institucionalização

Maura Neves Coutinho
Geógrafa, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia – IGC/UFMG – Brasil
e-mail: mauranc@yahoo.com.br

Introdução

O tema da agricultura urbana surgiu em dois contextos: primeiro influenciado pelo novo pensamento ambiental emergente na década de 80, segundo como resposta aos desafios colocados aos governos locais responsáveis por criar ações públicas contra a fome e a pobreza alarmante na década de 90. São três os argumentos que sustentam as políticas de agricultura urbana e estão relacionados à promoção da cidade ecológica, da cidade produtiva e da cidade inclusiva. Tais argumentos favoreceram um forte incentivo às práticas de agricultura urbana em várias cidades do mundo, inclusive na cidade de Belo Horizonte (Brasil).

Os movimentos ambientalistas europeus e norte-americanos, na década de 80, questionavam a visão de cidade que a colocava em oposição ao ambiente natural. As cidades eram vistas como não-naturais, não-ambientes (COSTA, 2000) Emerge a idéia de cidade tomada como um ecossistema que considera insustentável a produção industrial de alimentos que eram transportados de longe para atender as cidades. Surgem argumentos técnicos de ordem ambiental favoráveis à produção de alimentos dentro das cidades (cidade ecológica) como a redução do consumo de combustível fóssil, aumento de área permeabilizada, melhoria do clima local, aumento da biodiversidade urbana, etc..

Na década de 90 foram apontadas, pelas agências de desenvolvimento internacional, as potencialidades da agricultura urbana para darem respostas aos crescentes problemas de ordem social decorrentes da crise econômica e dos resultados das políticas de ajuste estrutural, nos países em desenvolvimento, ditadas pelas políticas neoliberais. A agricultura urbana passou a ser adotada pelos governos locais, muitos dilapidados financeiramente, que a integrou às políticas de promoção de Segurança Alimentar e Nutricional e de combate à pobreza urbana. O segundo argumento favorável à agricultura urbana a coloca como uma alternativa plausível para a produção de alimentos (cidade produtiva) para atender à população urbana marginalizada e desnutrida em um contexto de crises diversas. O contexto era de junção das políticas ambientais internacionais com o tema da pobreza e formulação das Metas do Milênio (BRAND, MUÑOZ, 2007).

Brand e Muñoz (2007) apontaram um terceiro argumento que contribui para que a agricultura urbana se tornasse prática de interesse dos governos locais, que é seu potencial de promover inclusão social. O ideário neoliberal ao definir modelos para as políticas econômicas nacionais se adequarem à reestruturação produtiva do sistema capitalista resultou na ampliação da desigualdade social e exclusão de amplos setores da sociedade que foram relegados à economia informal e às áreas marginais da cidade. A agricultura urbana torna-se elemento de inclusão social na medida em que os saberes locais e as iniciativas dos produtores passam a ser valorizados e considerados elementos formadores de identidade cultural.

Os argumentos de legitimação das políticas públicas de agricultura urbana criaram condições favoráveis ao consenso de que a agricultura urbana apresenta benefícios potenciais e que pode ser desenvolvidas através do uso de uma variedade de espaços urbanos e contextos culturais. Tais argumentos são empregados pelas agências multilaterais de desenvolvimento, ONGs. internacionais e grupos locais ao darem incentivos e assessorias à formulação das

políticas públicas. O resultado foi a ampliação dessas políticas no século XXI como linha de ação das políticas urbanas em várias cidades do mundo, inclusive da América Latina.

Na América Latina várias cidades receberam programas de agricultura urbana impulsionados pelo PNUD e UN-Habitat através da criação, em 2005, da *Rede Latinoamericana de Investigaciones em agricultura Urbana* (articula organizações de 16 países). Nos municípios de Governador Valadares (Brasil), Rosário (Argentina) e Cienfuegos (Cuba) foi implantado o programa *Cidades que alimentam pessoas* (1997-2004) que inseriu a agricultura no ordenamento do território urbano. O apoio financeiro veio da organização internacional International Research Development Centre Canadiense (BRAND, MUÑOZ, 2007).

No Brasil a incorporação da agricultura urbana vem sendo relacionada às políticas de abastecimento alimentar, políticas urbanas e ambientais. No âmbito federal aparece associada às ações estratégicas ligadas à consolidação de um Sistema Nacional de Segurança Alimentar gestada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. No Estado de Minas Gerais foi criada a *Política de Apoio à agricultura urbana do Estado de Minas Gerais* através da Lei 15.973 2006 de 12/01/2006 que busca a interface entre a política agrícola e a política urbana com o intuito de promover Segurança Alimentar e Nutricional tendo como referência a agricultura sustentável.

Belo Horizonte foi selecionada, no ano de 2005, para ser a primeira cidade brasileira a desenvolver um programa de planejamento voltado à institucionalização das práticas de agricultura urbana. A cidade tem a administração intramunicipal descentralizada em 9 Regionais Administrativas e é uma metrópole integrante da periferia da economia capitalista que foi basicamente ocupada por pessoas originadas do interior do Estado de Minas Gerais. Costa (1994) aponta que a proposta de planejamento urbano adotada nos anos 90 foi de uma cidade adensada e comprimida em termos de construção e demográfico. As áreas centrais foram verticalizadas ao passarem por transformações estruturais enquanto alguns bairros tradicionais tiveram as casas e os quintais substituídos por áreas de lazer, condomínios de luxo e uma variedade de novos serviços. É marcante o padrão de segregação da população tanto em relação ao acesso aos espaços da cidade quanto à qualidade desses espaços.

No ano de 1993 foram iniciados os debates sobre a inserção da agricultura urbana nos planos de ação da Secretaria Municipal de Abastecimento e da Secretaria Municipal de Meio Ambiente em Belo Horizonte. No ano de 1996 foi implantado o primeiro Centro de Vivência Agroecológica em uma área periférica bastante carente e com demanda da população por um projeto de produção de alimentos.

Programa Centro de Vivência Agroecológica – CEVAE (1993)

O Programa Centro de Vivência Agroecológica foi desenvolvido a partir de convênio entre a ONG Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (REDE), a Secretaria Municipal de Abastecimento e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente tendo como apoio financeiro do Fundo LIFE/PNUD (BARBOSA, 2002). O objetivo era a realização de projetos de agricultura urbana, meio ambiente e segurança alimentar voltados às pessoas carentes com o intuito de fortalecer as comunidades e permitir o seu auto-abastecimento (BARBOSA, 2002). O convênio acabou em 2001 e o Programa ficou unicamente a cargo da Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Atualmente, está sob gestão da Fundação de Parques Municipais, criada em 2005. O Programa vem perdendo importância, contudo representou uma novidade ao criar caminhos de articulação entre a política de abastecimento e política ambiental.

Programa Cidade Cultivando para o Futuro – CCF (2005/2008)

Foi implantado na cidade de Belo Horizonte, no período de 2005 a 2008, o Programa Cidades Cultivando para o Futuro concebido a partir de experiências de agricultura urbana, anteriormente, estimuladas por programas da ONU. O Programa ocorre, também, em outras cidades do mundo, sendo Belo Horizonte a cidade piloto brasileira o que contribui para fortalecer a sua imagem positiva de cidade inovadora no trato de políticas de gestão ambiental e social. O financiamento do Programa CCF veio de recursos dos governos da Holanda e do Canadá e teve como objetivo:

[...] contribuir para a redução da pobreza nas cidades, melhorar a segurança alimentar e a gestão ambiental, empoderar os/as produtores/as urbanos e promover a governabilidade participativa, fortalecendo capacidades locais e facilitando processos multi-atorais para o desenho, formulação e implementação de políticas e intervenções em agricultura urbana, nas cidades” (REDE, 2006, p.2).

O Programa CCF ampliou as discussões públicas sobre a agricultura urbana e sobre sua incorporação nas políticas de planejamento e gestão do território urbano (REDE, PBH, 2008), contudo sem se articular metodologicamente e operacionalmente com o Programa CEVAE. Foi coordenado conjuntamente pela ONG. Rede de Intercâmbio de tecnologias Alternativas, representante da sociedade civil, e pela Secretaria Municipal de Políticas Urbanas, representante do poder público municipal (COUTINHO, 2007).

O programa previa uma metodologia padrão que deveria ser adequada à realidade local de cada uma das cidades piloto, por uma equipe local, para não constituir-se em uma simples importação de idéias. Era composta por seis fases de execução: 1) atividades preparatórias, 2) diagnóstico participativo, 3) planejamento estratégico participativo e fortalecimento institucional, implementação de ações estratégicas (Projeto Piloto) e 4) institucionalização de políticas, 5) monitoramento, adaptação e inovação e 6) transversalização da perspectiva de gênero (COUTINHO, 2007).

O diagnóstico participativo foi uma fase importante para levantar elementos para avaliar as possibilidades de inserção da agricultura urbana nas políticas de Belo Horizonte. A participação da Prefeitura de Belo Horizonte, nesse processo, junto a ONG. REDE é parte de uma articulação importante entre poder público e sociedade civil organizada na medida em que a agricultura urbana não estava na agenda política local e passa a ser pensada.

Diagnóstico Participativo: orientações para um plano de ações estratégicas de agricultura urbana

Foi previsto no arcabouço metodológico do Programa CCF a realização de um diagnóstico participativo que objetivou levantar informações capazes de orientar, adequadamente, a etapa seguinte do Programa CCF que foi a elaboração do Plano Estratégico de Agricultura Urbana com vista na criação de uma política municipal de agricultura urbana (COUTINHO, 2007). Foram quatro os componentes de análise: 1) análise da situação em que a agricultura urbana ocorre em Belo Horizonte, 2) os atores envolvidos, 3) mapeamento do uso do solo urbano e os espaços possíveis para agricultura urbana e, 4) os marcos legais e normativos do município que podem interferir nas intervenções públicas sobre agricultura urbana.

Tendo em conta a exiguidade de tempo e recursos para fazer um levantamento de dados em toda a cidade de Belo Horizonte foi realizado um estudo¹ que identificou uma de suas nove Regionais Administrativas para a realização do diagnóstico participativo. A Regional Barreiro (BA) foi indicada como foco de estudo que ocorreu no ano de 2007.

O diagnóstico constituiu-se em duas etapas de execução. Na primeira etapa foram aplicados 476 questionários em três áreas periféricas da Regional Barreiro: Conjunto Jatobá 4, Bairro Cardoso e Conjunto Bonsucesso. Nessa etapa, interessava saber o que o entrevistado compreendia do termo agricultura urbana, quais as práticas agrícolas desenvolvidas, o que é produzido e o destino dado à produção, áreas que são ocupadas e dados socio-econômicos dos entrevistados. Na segunda etapa, houve a seleção de 46 questionários, dentre aqueles já respondidos na primeira etapa, para que fosse realizado um novo questionário mais aprofundado que permitiu levantar o perfil dos produtores e as implicações da prática na vida cotidiana doméstica (REDE, PBH, 2008). Ainda, revelou o micro-sistema econômico e ecológico dentro dos quintais e as dificuldades no empreendimento das práticas agrícolas. Seguem os dados originados do diagnóstico participativo e que foram publicados pela ONG REDE e pela prefeitura municipal.

O diagnóstico da situação da agricultura urbana visou identificar quais são as práticas e como são desenvolvidas. Foram apontadas seis práticas: 1) *produção agropecuária*: produção vegetal e animal; 2) *manejo de áreas remanentes de vegetação*: extração e manejo de plantas medicinais; 3) *produção de insumos*: produção de sementes, mudas, reaproveitamento de resíduos orgânicos e água; 4) *beneficiamento da produção*: produção caseira e artesanal de remédios caseiros, alimentos e temperos fazendo uso da produção urbana *in natura*; 5) *comercialização*: venda do excedente agrícola *in natura* ou beneficiado; 6) *atividade de apoio às práticas*: assessoria, capacitação, geração de tecnologias e pesquisas. As práticas se dão de forma comunitária, individual ou familiar tendo como base material o uso de recursos locais próprios como o solo, a água, os resíduos orgânicos e a mão-de-obra.

As entrevistas revelam que 30,9% praticam agricultura, 11,4% já foi praticante, 29% nunca praticou. A produção agropecuária é a mais comum na cidade de Belo Horizonte. Dentre as pessoas que produzem alimentos vegetais 78,9% o fazem para consumo próprio, 16,4% para doação aos vizinhos, 3,5% para a venda e 1,2% para troca. O extrativismo é restrito em razão da pouca disponibilidade de áreas vegetais nativas na cidade. Quanto a produção de insumos tais como a produção de composto orgânico e sementes, 52,2% das pessoas não produzem nenhum tipo de insumo. 8,7% fazem o reaproveitamento de água. O beneficiamento e comercialização são reduzidas devido a dificuldade de escoamento da produção. Apenas um terço dos entrevistados beneficiam sua produção.

A **componente identificação dos atores** envolvidos com as práticas de agricultura revela quem produz nas cidades, a origem dos produtores, o nível de escolaridade e de participação em movimentos de interesse coletivo, a renda e nível de envolvimento dos atores na práticas. As mulheres (52%) são as que mais plantam e colhem na cidade, pois tem responsabilidade com a boa alimentação da família. Também, é comum a participação de pessoas da terceira idade. 17,4%, dos entrevistados, são de Belo Horizonte, 8,7% vieram de cidades da Região Metropolitana de Belo Horizonte, 50% do interior de Minas Gerais, 13% tem origem no interior de Estados brasileiros.

Quanto à escolaridade a maioria (78%) cursou apenas até a 4ª série e 10,9% nunca frequentou a escola. A participação dos entrevistados em grupos e associações comunitárias é bastante reduzida. 5% faz parte de movimentos por moradia, 20,2% de movimentos ambientalistas, 2,2% de sindicalismo, 13% de movimento religioso, 56,5% não participa de nenhum movimento. O restante não respondeu. As práticas são desenvolvidas espontaneamente por pessoas de baixa renda, mas não exclusivamente. Dentre os praticantes

18,2% recebem salário mínimo², 48% recebem entre 1 e 3 salários, 19,9% recebem entre 3 e 5 salários, 2,7% recebem entre 10 e 20 salários. O restante não sabe ou não respondeu. A maioria é aposentado, pensionista (34,8%) ou do lar (21,7%). Do total dos entrevistados apenas 8,7% declararam que a agricultura é sua principal fonte de renda.

Foi identificada uma diversidade de atores que podem contribuir para ampliar o apoio técnico, financeiro e político à criação de uma política urbana de agricultura urbana. Aqueles que trabalham a terra são indenticados como *atores diretos* da agricultura urbana. Os *atores indiretos* são aqueles que dão algum tipo de apoio: associações comunitárias, organizações, não governamentais movimentos sociais, fóruns e articulações, conselhos, universidades (pesquisa e extensão). Os *atores potenciais* são aqueles que podem dar apoio técnico ou financeiro, são o setor privado e financiadores.

O **mapeamento do uso do solo urbano** identificou onde se dão concretamente as práticas e orientou os possíveis locais de intervenções do poder municipal. Elas ocorrem tanto em áreas públicas, áreas verdes urbanas, vazios urbanos, áreas remanentes de vegetação nativa, escolas, quanto em áreas privadas, quintais e jardins internos, lotes vagos, terrenos baldios particulares ou com dúvidas sobre a propriedade, lajes e coberturas, áreas verdes em conjuntos habitacionais, áreas de instituições privadas.

O mais comum é a produção em quintais. Os dados do diagnóstico participativo revelam que a agricultura urbana tem potencial de expansão para diversas áreas da cidade. Tendo em conta o zoneamento territorial de Belo Horizonte, previsto no Plano Diretor, foram apontadas as zonas com potencial para receber práticas agrícolas: Zonas de Preservação Ambiental; Zonas de Proteção, Zonas de Especial interesse Social e Zonas de Grandes Equipamentos. Isso tendo em conta que “A prática agrícola e a escolha da modalidade devem ser compatíveis com as características e a função de cada área” (REDE, PBH, 2008, p.20). A Fundação de Parques Municipais, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e pela Secretaria Municipal de Políticas Urbanas apontaram áreas e locais com potencial para receber práticas de agrícolas: 1) áreas registradas em CP (cópia de planta) como áreas verdes, praças e similares, áreas institucionais, áreas de equipamentos urbanos, áreas de equipamentos públicos e comunitários, áreas de preservação permanente, remanentes, invisíveis e reservas; 2) parques municipais e unidades de conservação estaduais; 3) quadras com mais de 60% de lotes vagos e; 4) escolas, hospitais e centros de saúde; 5) quintais e varandas.

O **levantamento e análise dos dispositivos legais** do município de Belo Horizonte permitiu uma visão das ações do poder público em relação as práticas agrícolas na cidade e uma noção dos limites e das condições das ações a serem desenvolvidas pela administração pública. Não há nenhum dispositivo legal que conceitue ou trate especificamente da agricultura urbana. Apesar do uso do termo a agricultura urbana aparece no Plano Diretor Municipal reduzida ao plantio de horta comunitária voltada para a geração de renda familiar.

É possível dizer que o poder público reconhece a agricultura urbana como prática urbana, contudo não há uma visão comum sobre essa prática que fica restrita ao plantio de hortas e pomares em espaços públicos e comunitários tendo como objetivo a promoção de segurança alimentar e geração de renda. Não foi encontrada na legislação a fonte de recursos para intervenções públicas.

Possivelmente, pela falta de clareza quanto ao conceito de agricultura urbana, não há no conjunto da legislação analisada uma clareza quanto a sua conexão com outros conceitos e práticas como Segurança Alimentar e Nutricional, agroecologia, socioambientalismo e economia popular solidária. Tal compreensão poderia favorecer a efetivação das potencialidades da agricultura urbana através da criação de um Programa Municipal de Agricultura Urbana mais consistente em termos teóricos e técnicos.

A legislação em termos gerais não é restritiva a realização de práticas agrícolas na cidade, contudo exige-se algumas alterações que serão tratada na seção sobre as ações estratégicas propostas para o fortalecimento da agricultura em Belo Horizonte.

Projeto Jardim Produtivo: cidade ecológica e produtiva

Como parte das intervenções do Programa CCF foi implantada, em 2008, uma experiência piloto de práticas produtivas no Bairro Solar localizado na Regional Administrativa Barreiro. O bairro apresenta um padrão social e ambiental de baixa qualidade. A partir dessa experiência foi realizado um levantamento de informações e avaliação dos resultados de intervenções agrícolas na cidade.

A área pública de implantação da experiência é de 3.500m². Concomitante a efetivação de práticas produtivas foi realizado cursos de formação para o uso de técnicas agroecológicas e de bioconstrução. Foram envolvidas famílias que residem próximo à área, famílias de baixa renda, agricultores urbanos experientes, pessoas de outros bairros da Regional Barreiro que se tornariam multiplicadores (aprendizes) do conhecimento adquirido, dentre outros interessados. Para a participação nessa iniciativa foi definida como critério a manifestação de compromisso, disponibilidade, assiduidade no curso de capacitação, ofertado pela empresa de assessoria Jota Desenvolvimento sustentável LTDA e que cada indivíduo assumisse tarefas específicas e cotidianas dentro do projeto que foi denominado Jardim Produtivo (cidade ecológica e produtiva).

Em Belo Horizonte a agricultura urbana, enquanto intervenção pública se insere nas políticas urbanas e sociais, marcadas por forte viés ambiental. O projeto Jardim Produtivo enfoca a dimensão ecológica da agricultura urbana e projeta resultados como a melhoria da saúde, promoção de segurança alimentar e produção de uma cidade ecológica. Além de fortalecer as experiências individuais e pontuais que ocorrem nos quintais particulares o espaço deve ser tornado referência para a troca de sementes e insumos. Enquanto ação estratégica se propôs o uso produtivo de espaços públicos ociosos.

Nessa perspectiva a agricultura urbana não assume integralmente uma dimensão econômica, pois no Projeto a produção agrícola não tem como objetivo central a comercialização, embora seja reconhecida a redução dos gastos domésticos com a compra de legumes e verduras.

Outras experiências piloto estão ocorrendo em várias cidades do mundo, inclusive na América Latina, com o intuito de levantar dados e gerar informações sobre o impacto desses projetos para a melhoria da qualidade de vida dos *produtores agrícolas urbanos*, de seus familiares e do entorno das áreas dos projetos (LOVO, 2008). Isso porque a ausência de dados comprobatórios dos impactos positivos da agricultura urbana torna difícil a legitimação de intervenções públicas sobre tal prática. São diversas as experiências populares realizadas em várias cidades do mundo, contudo são poucos os dados sistematizados. Nem mesmo as ONGs que atuam junto aos grupos produtores, possuem informações comprobatórias.

Os conhecedores das práticas realizadas na cidade afirmam haver comprovação empírica dos resultados positivos da agricultura urbana revelada pelo aumento da biodiversidade urbana, maior interação entre vizinhos, melhoria na saúde, etc. É certo dizer que dada à complexidade de relações desenroladas em torno das práticas populares nem todos os seus “resultados” poderão ser quantificados ou mensurados. Nem sempre há como medir a eficiência de ações espontâneas dado que até mesmo as finalidades das práticas são individuais e particulares ou produzem “resultados” provisórios. Há relações invisíveis, não verbalizada, latente cuja apreensão exige esforços maiores aos estudiosos.

Resposta popular ao planejamento urbano convencional

O planejamento urbano modernista brasileiro (século XX) ficou caracterizado pelo seu discurso universalista, contudo apenas parte da cidade, a *cidade formal*, foi contemplada pelos benefícios dos planos gerando amplas diferenças intra-urbanas. A *cidade informal* fazia parte da *cidade oculta* (MARICATO, 2000) ou ocultada por um discurso que criava uma *cidade oficial*, independente da ‘realidade’.

O distanciamento entre as práticas sociais cotidianas, realizadas por quem vive nos lugares, e os planos urbanísticos, realizados “de cima para baixo”, deu origem ao que Fernandes (2001) chamou de formas de “justiça popular” que são alternativas criadas, à margem dos planos oficiais, pela população marginalizada para resolver problemas vividos. São formas de justiça que questionam a legitimidade do planejamento formal, modernizador e racionalizador, e da ordem jurídica vigente. As práticas agrícolas urbanas são uma dessas práticas informais e espontâneas, realizada pelo *sujeito comum*, que apesar de comporem a paisagem urbana não é reconhecida ou é desconhecida pelos planejadores urbanos por não ser uma forma capitalista de vida.

Enquanto fenômeno integrante da realidade urbano-industrial a agricultura urbana contém e revela suas contradições sociais como o caráter excludente do Estado, a tolerância do Estado regulador à informalidade e o acesso desigual à terra urbana e aos alimentos.

“No ambiente cotidiano popular não há ausência de planos e de política. Como poderia ser diferente?” (HISSA, 2006, p.233). Os trabalhadores produzem a *cidade informal*, a cidade que não atende à legislação nem é atendida pelo planejamento urbano estatal. O *planejamento urbano informal* desdobra-se em práticas produtores da cidade como o multirão, a autoconstrução e a agricultura urbana. O esforço é de transformação da realidade. A complexidade de usos dos espaços urbanos testemunha o fracasso das práticas do planejamento convencional em sua intenção de padronizar comportamento, orientar e modernizar todos os setores da vida social (HISSA, 2006).

Quem trama os novos processos e traça novos caminhos são os moradores das cidades e cidades-metrópoles (MOREIRA, 2008). O que varia são as motivações. Muitos produzem para ter remédio e alimentos, outros por amor a terra ou por verem na produção agrícola um modo de vida distinto do modo urbano hegemônico. O modo de vida urbano não varre das cidades as marcas da ruralidade, os modos de vida tipicamente rurais.

Caminhos traçados pelos produtores agrícolas: produção de alimentos, remédios e renda na cidade de Belo Horizonte

As propostas de implantação de uma política de agricultura urbana na cidade de Belo Horizonte vêm de encontro à ocorrência de iniciativas de práticas agrícolas na *cidade informal*. São iniciativas que assumem diversas formas de organização: individuais, familiares ou comunitárias. Para ilustrar as reflexões trarei para o debate exemplos concretos de práticas agrícolas que ocorrem em Belo Horizonte, onde formalmente não há área rural, mas cujas práticas e hábitos rurais permanecem em seus interstícios manifestando novos valores e modos de vida. Os exemplos serão separados em três práticas com o intuito de mostrar a diversidade de forma que assumem tais iniciativas:

1. Prática familiar ou individual: Tais práticas são realizadas individualmente ou com a ajuda de membros da família. Geralmente, as iniciativas são das mulheres ou pessoas da terceira idade (REDE, PBH, 2008). Aponto algumas experiências que pude identificar e visitar, na ocasião da aplicação do diagnóstico participativo (2007) do qual participei como

estagiária (2006-2007) da ONG REDE, em dois bairros periféricos, localizados na Regional Barreiro: criação de cavalos em espaço residual de abertura de ruas (áreas pública), produção de morango na laje de cobertura da habitação, produção de folhosas na beira do Córrego Bonsucesso (Conjunto Bonsucesso), criação de patas, também na laje, para produção e comercialização de ovos, produção de plantas medicinais em quintal para doação aos vizinhos (Conjunto Jatobá 4). O trabalho em quintais, próprio das práticas familiares ou individuais, oferece maior comodidade aos produtores que associam morar e trabalhar. Esse uso dos quintais vem se retraindo e dando lugar a ampliação das casas que vão abrigar, também, outras gerações, recém casados. Dos 476 entrevistados para o diagnóstico 11,4% já haviam praticado agricultura em casa em algum momento, mas deixaram de praticar (REDE, PBH, 2008).

A produção de alimentos, plantas medicinais e a criação de animais na cidade ocorrem por meio do uso de recursos locais próprios como terra, água (às vezes reutilizada), mão de obra familiar, resíduos orgânicos, etc.. Algumas pessoas disseram que plantam porque gostam, outras para a alimentação da família ou doação para os vizinhos. As iniciativas ocorrem de forma espontânea e são realizadas no tempo livre.

2. Prática comunitária³: Tais práticas são realizadas por indivíduos de uma mesma comunidade que se unem solidariamente para realizarem atividades postas em comum. Realizam a produção de folhosas e plantas medicinais em áreas ociosas da cidade. Trago dois exemplos. Primeiro a Horta Comunitária Vila Santana do Cafezal que foi implantada no ano de 2005 a partir de uma Assembléia Geral convocada pela associação da vila. Está localizada no Aglomerado da Serra na Regional Leste de Belo Horizonte. O trabalho produtivo é realizado por cinco pessoas. Apenas uma delas é aposentada e, por isso, pode ser dedicar mais horas-dia ao trabalho com a terra. Os demais dedicam mais horas nos finais de semana.

A horta está situada em uma área pública de terreno acidentado e que exige adequações agronômicas do solo que é realizada por meio do uso de esterco bovino e insumos químicos. O pagamento das taxas de água ocorre mediante a divisão do valor entre as pessoas que utilizam o espaço físico da Associação para desenvolver atividades diversas. As sementes e defensivos são compradas no mercado convencional ou originadas de doações incipientes feita por grupos colaboradores externos.

A área era ponto de deposição clandestina de entulho e comportava insetos nocivos à saúde humana. Membros da associação comunitária revelam a diminuição de casos de acidentes com escorpiões após a limpeza e produção no terreno. Com a produção de alimentos no local nova função substitui as antigas dando novos significados para o espaço e criando novas relações sociais. A comercialização das folhosas é feita no mesmo lugar em que ocorre a produção. Não há o estabelecimento de preço fixo para cada tipo de folhosa, pois as pessoas de menor poder aquisitivo da comunidade pagam o que podem ou levam gratuitamente caso não possam pagar pelas verduras.

O segundo exemplo é a Horta Comunitária Vila Acaba Mundo que foi criada no ano de 2008 através da união de pessoas da comunidade. A Vila está localizada na Regional Centro Sul que é marcada pela ampla segregação espacial e de renda. A horta ocupa área privada de terreno declivoso e de difícil acesso, mas possui solo adequado à produção. A água utilizada não é paga, mas utilizada sem formalização. O grupo de produtores está (2008) em fase de definição das funções de cada um deles e da organização interna do grupo. Para tanto e em relação ao apoio técnico estão recebendo assessoria do Grupo Semear, que será tratado mais adiante. O excedente produtivo é comercializado dentro da vila através da utilização de um carrinho de mão que leva os produtos porta- a- porta a preços reduzidos.

As duas iniciativas resultam da *interação e intercâmbio* entre pessoas, que não são da mesma família, mas são vizinhos em comunidades periféricas. Os lugares de produção são lugares de encontro e diálogos em que os produtores que desenvolvem práticas comunitárias definem com o *outro* como será a produção, o que se produzirá de acordo com o paladar de cada um ou da possibilidade de comercialização. Definem quem planta e quem colhe de acordo com as habilidades ou tempo disponível. Há diálogos, mas também conflitos.

Os conflitos, muitas vezes, decorrem dos diferentes níveis de aceitação e aplicação das técnicas (alternativas ou não) de produção, necessidade de maior compromisso com tarefas cotidianas como regar e fazer pequenas arrumações na horta. O grupo da Horta da Vila Acaba Mundo vem se reunindo para discutir o preço que será fixado nos produtos. O que vem sendo delineado é que será cobrado maior preço pelos produtos comercializados nos bairros vizinhos e preços abaixo daquele praticado pelo mercado para aqueles comercializados dentro da comunidade. Aparecem divergências na medida em que alguns dos membros do grupo dispõem-se a fazer doações aos mais carentes enquanto outros membros receiam um possível comodismo daqueles que podem compreender o comunitário como sinônimo de sempre *receber de graça*.

3. Prática de grupo consolidado: Para exemplificar essa prática serão apresentados dois grupos que se organizam em torno de um conjunto específico de ações pautadas na agricultura urbana, Segurança Alimentar e Nutricional, Economia Popular Solidária, agroecologia, medicina popular, saúde comunitária e autogestão (CAUSA, 2007). Fazem juntos a comercializam de produtos alimentícios beneficiados em feira urbana (PBH, 2008) por meio de práticas solidárias e de comércio justo.

O Grupo Semear é um grupo informal, criado no ano de 1994, identificado como *conhecedores populares de plantas medicinais* tendo como ações a realização de cursos e oficinas, em diferentes espaços; sobre fitocosméticos, medicina caseira e produção de alimentos naturais; de caminhadas, em áreas onde fazem extração de modo sustentável, quando ensinam a identificação de plantas medicinais do cerrado; a transformação de alimentos *in natura*, de forma artesanal, prezando pelo aproveitamento máximo de suas partes para gerar o mínimo de resíduos orgânicos e aproveitar as propriedades nutritivas e biológicas. Membros do Grupo Semear cultivam no quintal uma “*farmácia viva*” que é parte da Farmácia Popular Ervanário São Francisco de Assis que funciona na sala da casa do casal Fernando Vieira e da Aparecida Vieira. O casal relata que o quintal da família era usado para descarte de entulho que atraía escorpiões e baratas. Hoje, o quintal de 50 m² tem 170 espécies de plantas medicinais catalogadas e permite o atendimento de, aproximadamente, 60 pessoas por mês com medicina caseira.

O preço dos produtos medicinais é fixo no limite de cobrir o custo da produção e reproduzir a prática tendo em conta que quem não pode pagar leva o produto gratuitamente. O Grupo está localizado na região do Taquaril que é composta por bairros periféricos, localizados na Regional Leste, que eram áreas de chácaras que foram loteadas ligadas a processos de lutas pela moradia e ocupação da terra (BARBOSA, 2002).

O Grupo Comunitário de Agricultura Urbana e Segurança Alimentar (CAUSA) foi criado em 2003 voltado para a geração de renda, multiplicação de práticas de reeducação alimentar e ampliação da proximidade entre as famílias das comunidades que passam a frequentar espaços comunitários como a associação comunitária, o Grupo de mulheres, as feiras. O grupo é composto por cinco pessoas que atuam em bairros periféricos localizados na Regional Nordeste.

Cidade produtiva: conflitos, incertezas e adaptação

As observações e análises das iniciativas cotidianas populares permitem apontar que as áreas utilizadas para produção agrícola, em Belo Horizonte, são pequenas em dimensão e espalhadas pela cidade, sendo, às vezes, apenas possível produzir para garantir o auto-abastecimento ou manter a reprodução da prática através da comercialização com baixa arrecadação.

Todos os riscos da produção são assumidos por aqueles que trabalham na produção de alimentos e remédios. As práticas comunitárias e familiares revelam dificuldades em garantir o acesso ao solo urbano e à água que representa alto custo produtivo. Surgem alguns conflitos, pelo uso da terra, gerando incertezas e instabilidade aos produtores que ficam constringidos em fazer melhorias nos terrenos que podem ser perdidos por ação do Estado, no caso das iniciativas que ocupam áreas públicas, ou ação dos proprietários privados como o caso da Horta Comunitária da Vila Acaba Mundo que ocupa área privada. A maioria dos produtores não possui vínculos jurídicos com a terra.

Não é comum o armazenamento da produção que é comercializada fresca. A coleta do produto a ser vendido, muitas vezes, é feita no ato da compra. O excedente da produção é comercializado diretamente aos vizinhos ou em feira urbana quando beneficiado. As feiras são lugares de troca de receitas, espaços abertos em que há a perspectiva de negociação direta com o produtor e a possibilidade de encontro na cidade.

O que se pode observar através do já colocado é que as iniciativas são diversificadas e em alguma medida exigem bastante *criatividade* e *adaptação* para aproveitar pequenos espaços e a escassez de recursos produtivos e financeiros. Alguns plantam em espaços restritos em termos de dimensão e improvisados e outros ocupam áreas ociosas públicas ou privadas.

As práticas agrícolas na cidade parecem ter prioritariamente o sentido de atender algumas necessidades básicas da sociedade tendo como finalidade social se opor às lógicas dominantes mesmo que não ocorram de forma sistematizada, mas espontânea e informal. Os *produtores agrícolas* lançam um novo olhar sobre a agricultura, o uso da terra urbana e sobre a própria cidade. Resistem às formas determinadas de uso do espaço urbano e de seu modelo formal para atender as suas necessidades e desejos.

Trata-se de outro olhar sobre a agricultura, não vista puramente como um setor econômico, e sobre a alimentação que não é apenas meio para nutrir-se, mas meio de lembrar-se de cheiros e sabores experimentados em outros lugares e em outras épocas da vida. É meio de se identificar com o *outro* na medida em que as pessoas não se alimentam, sustentam-se, apenas de comida, mas das relações que estabelecem através das práticas sociais. Há mudanças na alimentação e na vida daqueles que produzem juntos. Através do cultivo da terra urbana produzem alimentos que não são disponibilizados nos sacolões para a venda, mas tem alto potencial nutricional, alimentar e valores simbólicos que são construídos e reconstruídos através da interação e interlocução com o *outro*, com os vizinhos.

Subespaços rurais: necessidade da junção dos fragmentos

O que há em comum entre as diversas iniciativas de agricultura na cidade, citadas anteriormente? As práticas agrícolas na cidade são informais, espontâneas e pontuais. São práticas desconhecidas ou ocultadas diante da noção predominante que toma a cidade apenas como ambiente construído, em resposta a um desenho urbano que determina a função dos lugares e uma ordem social. Pensar em lugares dentro da cidade voltados para a produção de alimentos exige mudanças culturais.

As iniciativas de agricultura urbana, chamadas por Maia (2001) de *resíduos*, ao se juntarem em seus diversos nexos e estabelecer diálogos que contextualizem suas experiências podem qualificar as ações coletivas. Reconhecer uns aos outros em suas lutas cotidianas pode significar a identificação dos esforços comuns e a definição de ações estratégicas que poderão indicar caminho para que se chegue a um objetivo mais amplo do que produzir alimentos e mitigar a pobreza urbana. Geralmente a agricultura urbana não é a principal fonte de renda dos produtores. Aqui se revela uma das principais dificuldades de articulação entre eles. Apenas 8,7% dos entrevistados declararam que a agricultura urbana é sua principal atividade de geração de renda (REDE, PBH, 2008).

A espontaneidade e a desarticulação são características limitadas para gerar transformações sociais mais amplas. A desorganização entre os *produtores agrícolas* e o caráter pontual de suas iniciativas, isoladas na malha urbana, dificulta a mediação para que cheguem ao Estado que não atende às demandas individuais e pontuais - porta a porta, pois, a princípio, deve generalizar suas ações para atender aos interesses da coletividade.

Algumas alianças entre a sociedade civil organizada e o poder público vem sendo estabelecidas em resposta a esta desarticulação. Organizações não governamental⁴ vem formado redes, criando teias de relações multiescalar, de apoio as ações da agricultura urbana realizadas no ambiente cotidiano popular, no esforço de formentar e valorizar as iniciativas populares e promover transformações sociais.

Ações para fortalecer a agricultura urbana em Belo Horizonte

Para o fortalecimento da agricultura urbana em Belo Horizonte foram formuladas cinco propostas de intervenção que foram detalhadas no Diagnóstico participativo (2007): 1) fortalecimento dos produtores e produtoras urbanos; 2) criação de políticas públicas; 3) capacitação, assessoria e pesquisa; 4) investimento e financiamento, 5) mudança na legislação municipal (REDE, PBH, 2008).

Através do *fortalecimento dos produtores e produtoras* busca-se garantir um diálogo menos desigual com o poder local. Ocorreria por meio do apoio às organizações coletivas, à articulação municipal entre os grupos para que criem espaços de trocas de experiências e formação em temas afins à agricultura urbana, da visibilização às práticas comunitárias e familiares já existentes, do apoio às iniciativas da sociedade civil voltadas à formação, assessoria e acompanhamento político-organizativo, da garantia da participação efetiva de homens e mulheres nos processos de planejamento e gestão das ações relacionadas à promoção de agricultura urbana.

A segunda proposta é a implantação de uma *política pública* que precisa de uma instância municipal que se responsabilize pela coordenação da Política Municipal de agricultura urbana e seus custos; articulação intersetorial das instâncias da administração municipal para que a agricultura urbana seja inserida nos planos de desenvolvimento da cidade com enfoque integrativo entre as políticas urbanas e sociais; criação de um espaço público de planejamento e monitoramento da política capaz de garantir uma visão comum de agricultura urbana condizente com os anseios dos atores mais interessados - os produtores; elaboração de um plano de ações e monitoramento; inserção de agricultura urbana em debates de nível metropolitano; inserção do tema agricultura urbana em diversos espaços públicos (fóruns e conselhos) que tratem temas afins e em programas estruturais do governo local, programas de habitação e meio ambiente, projetos governamentais de saúde, educação e assistência social; criação de mecanismos que garantam a efetividade da gestão coletiva de iniciativas governamentais; criação de políticas de garantia aos recursos produtivos como solo urbano e água limpa e de baixo custo; viabilização da inclusão de agricultura urbana nos

programas de apoio à comercialização de produtos da agricultura familiar; criação de pontos de comercialização nos bairros; criação de mecanismos que identifiquem e difundam a produção agroecológica; criação e qualificação de programas de governo que forme e capacite grupos produtores para que produzam, beneficiem e comercializem atendendo aos princípios da agroecologia, da economia solidária e gestão participativa; apoio às farmácias vivas e produção de remédios caseiros por meio do acompanhamento técnico de um profissional da saúde e grupos de pesquisa; incentivo às ações em áreas verdes envolvendo parcerias com o poder público.

A terceira proposta é o fortalecimento de ações de *capacitação, assessoria e pesquisa* que tenham como foco a agroecologia, a economia solidária e a gestão participativa desenvolvidas pela sociedade civil; promover a atuação dos *produtores agrícolas urbanos* como educadores populares e multiplicadores em processos de agricultura urbana e desenvolvimento local; garantir o monitoramento, avaliação e sistematização das experiências através de parcerias com universidades.

A quarta proposta é alavancar *investimento e financiamento* através da criação e acesso facilitado às linhas de incentivo fiscal; criação de um programa de micro-crédito voltado para os produtores que beneficiam e comercializam o que produzem; criação de estratégias para captar recursos de agências de cooperação internacional e nacional e para inserir a agricultura urbana nos programas de responsabilidade social e renúncia fiscal das empresas privadas. De acordo com a proposta, o financiamento deve apoiar tecnicamente as iniciativas familiares e projetos comunitários através do acesso facilitado de recursos público para as organizações da sociedade civil que apóiam as iniciativas de agricultura urbana.

A quinta proposta está relacionada à mudança da *legislação* através do estabelecimento de uma visão comum de agricultura urbana, definida em lei, favorável a ações intergovernamentais; aprimoramento do conjunto de leis, decretos e deliberações normativas existentes e que estão relacionados à agricultura urbana para que tratem adequadamente os temas (saúde, educação, geração de renda, etc.) que podem ser potencializados através de práticas agrícolas e para que se possa garantir a criação de um Programa Municipal de Agricultura Urbana articulado com outros programas municipais já existentes.

Desafios para intervenção em agricultura urbana

De forma introdutória pode-se afirmar que a operacionalização de todas as ações de fortalecimento da agricultura urbana em Belo Horizonte é um desafio tendo em conta que é uma prática espontânea e de caráter pontual, na medida em que ocorre em áreas reduzidas e espalhadas pela cidade, que apenas recentemente vem se tornando tema das políticas urbanas. Em Belo Horizonte, como explicitado nesse texto, a primeira política de agricultura urbana estava a cargo das políticas ambientais e de abastecimento e somente em 2005 são assumidas, em outros moldes, pela Secretaria Municipal de Políticas Urbanas.

Seguem abaixo alguns dos principais e importantes desafios para a agricultura urbana em Belo Horizonte.

- 1) Organizar os *produtores agrícolas* que atuam de forma isolada e fortalecer politicamente e tecnicamente os grupos organizados;
- 2) garantir o acesso seguro ao solo urbano para a produção agropecuária e a preservação de áreas de extrativismo de plantas medicinais do Cerrado;
- 3) garantir acesso à água limpa a baixo custo e a outros insumos produzidos sob base agroecológica;
- 4) oferecer assessoria técnica, capacitação e formação em agricultura agroecológica e em comercialização e beneficiamento da produção agropecuária na perspectiva da Economia Popular Solidária;
- 5) consolidar um espaço multiautoral de

integração entre as instâncias de administração municipal, entre as três esferas do poder público e entre esses e a sociedade civil que permita o planejamento e monitoramento das ações de agricultura urbana, assim como garantir a participação efetiva das mulheres produtoras nesses espaços públicos; 6) identificar na estrutura administrativa municipal um órgão que assuma a coordenação da política de agricultura urbana e que garanta os investimentos e financiamento nas iniciativas e ações; 7) despertar nos pesquisadores universitários o interesse pela questão da agricultura urbana e os temas afins (agroecologia, operacionalização do acesso seguro ao solo urbano pelos produtores, etc.) para que se avalie e monitore seu potencial para melhorar a qualidade de vida urbana.

Um dos grandes desafios é comprovar o real potencial da agricultura urbana em promover melhoria na qualidade de vida da população urbana. Brand e Muñoz (2007) se mostram descrentes quanto a tal potencial. Nas palavras dos autores “[...] no hay mucha evidencia de su efectividad real, y ciertamente no está transformado la organización espacial ni las relaciones sociales urbanas, y es poco probable que la haga.” (BRAND E MUÑOZ, 2007, p.53).

As críticas às potencialidades da agricultura urbana se ampliam devido ao descrédito quanto à possibilidade de romper com os interesses dos mercados de terra e tornarem públicos lotes ociosos mesmo que temporariamente. Ao fazer reflexões sobre o urbanismo brasileiro Maricato se expressa dizendo que “A terra é um nó na sociedade brasileira... também nas cidades. A legislação é ineficaz quando contraria interesses de proprietários imobiliários ou quando o assunto são os direitos sociais” (2000, p.150).

A distribuição desigual de alimentos, do solo urbano e das riquezas socialmente produzidas são problemas de caráter estrutural relacionados com a forma como a sociedade é organizada. Tais problemas estruturais não serão resolvidos se os esforços das políticas públicas se reduzirem a minimizar as suas conseqüências, como a fome e pobreza material, objetos da agricultura urbana (BRAND, MUÑOZ, 2007), através de ações pontuais.

Como resposta a um dos desafios de fortalecimento da agricultura urbana a Fundação de Parques Municipais ficou responsabilizada por levar à frente a institucionalização da agricultura urbana que vem se desenhando a partir da definição e implantação de um espaço de diálogo formal que reúne, desde 2008, diferentes atores interessados no tema. É importante que se torne um espaço para a emergência do conflito (MARICATO, 2000) e da operacionalização de meios para que se realizem as possibilidades contidas nas iniciativas de agricultura urbana, mas que são aprisionadas pelas dificuldades materiais e financeiras vivenciadas pelos *produtores agrícolas urbanos* nos lugares da produção. Para tanto, deve ser marcado por ações de liberdade, acolhimento, igualdade e por ações coerentes com os discursos. Tudo isso em oposição aos espaços de ações condicionadas, discriminação e desigualdades ou de retóricas desligadas das práticas como aquelas que marcaram a história do planejamento urbano no Brasil do século XX.

Considerações finais

As experiências relatadas revelam duas vias de ponderação das práticas agrícolas na cidade de Belo Horizonte, aquelas que ocorrem nos lugares fazendo uso de recursos locais próprios e aquela pensada pelo poder público. A implantação do Programa Cidades Cultivando para o Futuro em Belo Horizonte foi de suma importância para levar aos espaços públicos de debate o tema da agricultura urbana, porém sem dar visibilidade às iniciativas populares já existentes na cidade.

É possível ser mais flexível ao dizer que levar ao debate público iniciativas da *cidade oculta* poder ser uma forma de fortalecê-las ao tornar questão um assunto para o qual não

havia espaço na agenda pública. São relações sociais, práticas espontâneas, sentidos e sentimentos que já estavam nos lugares, nas lajes de cobertura das residências e nos taludes ocupados antes de se tornarem *objetos de intervenções* do governo municipal e de certo conhecimento que tenta alcançá-los.

“Na sociedade brasileira, podemos dizer que a realidade é subversiva ao pensamento conservador. Daí o potencial de uma ação pedagógica sobre o reconhecimento da cidade real, em especial da ‘cidade oculta’” (MARICATO, 2000, p.186). Enquanto conhecimento a ser alcançado e recente *objeto de intervenção* pública é necessário aproximar, ir ver como se faz, os sentidos das práticas, conversar com quem faz e conviver com aqueles que são os maiores interessados nas intervenções e no conhecimento produzido. Tudo isso, tendo em conta que as práticas agrícolas na cidade estão articuladas a relações mais amplas.

O tema da agricultura urbana, ainda, é uma discussão frágil que enfrenta desafios para a sua efetivação enquanto política urbana e ambiental. Pode assumir a forma de um projeto contra-hegemônico favorável à cooperação e transformações sociais profundas ou favoráveis à dissimulação do ideário neoliberal com respostas pontuais às carências urbanas e que neguem os problemas estruturais.

Referências Bibliográficas

Agricultura Urbana: Belo Horizonte Cultivando o Futuro. Belo Horizonte. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PBH), Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (REDE). Ângela Chistina Ferreira Lara, Daniela Almeida (Orgs). Belo Horizonte: Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas, 2008.36p.

BARBOSA, Malba Tahan. *Educação Ambiental Popular: Estudo de caso sobre a experiência do Centro de Vivência Agroecológica - CEVAE/Taquaril*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. (versão preliminar de defesa). 2002.

BRAND, Peter; MUÑOZ, Edwin. Cultivando cidadãos: agricultura urbana desde una perspectiva política. *Cadernos IPPUR/UFRJ*, n.1, Jan./Jul. Rio de Janeiro. v. XXI, p.47 - 70, 2007

CAUSA Grupo. *Receitas Especiais Grupo CAUSA*. In: Libânio, Clarice de Assis. (Org.). *Coleção Prosa e Poesia no Morro*. Belo Horizonte: Favela é isso aí. *Receitas da Comunidade*. Vol. 2. p.73 - 92, 2007.

COSTA, Heloísa Soares de Moura. *Habitação e produção do espaço em Belo Horizonte*. In MONTE-MÒR, R. L. (org.). *Belo Horizonte: espaços e tempos em construção*. Belo Horizonte: PBH/ CEDEPLAR, 1994. p.51 - 78.

COSTA, Heloísa Soares de Moura. *Desenvolvimento urbano sustentável: uma contradição de termos?*. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, n. 2. p. 55 - 71, 2000.

COUTINHO, Maura Neves. *Agricultura Urbana: reflexão e análise sobre os marcos legais e normativos do município de Belo Horizonte*. Monografia (curso de Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2007.

FERNANDES, Edésio. Direito urbanístico e política urbana no Brasil: uma introdução. In: FERNANDES, Edésio. (org.) *Direito urbanístico e política urbana no Brasil*. Belo Horizonte: Del Rey, 2001. p. 12 - 52.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. *A mobilidade das fronteiras* Inserções da Geografia na crise da modernidade. Belo Horizonte: UFMG, 2006. p. 230-235.

LOVO, Ivana Cristina. Guia metodológico para monitoramento e avaliação do projeto piloto Jardim Produtivo. Belo Horizonte, 2008. Disponível em: (www.rede-mg.br). (Relatório)

MAIA, Doralice Sátyro. Hábitos rurais em vidas urbanas. In: CARLOS, Ana Fani A.; SEABRA, Odette C. de L.; DAMIANI, Amélia L. (Ogs.). *O espaço no fim do século a nova raridade*. São Paulo: Contexto. 2001. p. 214 - 220.

MARICATO, Ermínia. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. In: ARANTES, O. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes. 2000. p. 121 - 192.

MOREIRA, Crispim. Trajetórias contemporâneas da agricultura urbana. In: HISSA, Cássio Eduardo Viana (Org.). *Saberes ambientais Desafios para o conhecimento disciplinas*. Belo Horizonte: UFMG, 2008. p. 243 – 281.

PBH. Promoção da igualdade Racial. Revista Espaço da Cidadania: protagonismo, renda, autonomia e reconhecimento. Belo Horizonte. 2008. p. 28 - 29.

REDE. Definição de área Foco: pré-diagnóstico de agricultura urbana no município de Belo Horizonte. Disponível em: (www.rede-mg.br).

UTSCH, Marina. “Fatura Mineira: Experiências Agroecológicas em Belo Horizonte -MG.” *Farmácia Popular do Grupo Semear e Empreendimento de Agricultura Urbana e Segurança Alimentar*. Vol. 1. Edição: Marcelo Almeida. Belo Horizonte, Minas Gerais, sd. p.4-5 e p.8-9. Disponível em: <www.rede-mg.br>(cartilha)

¹ Para mais informações ver: *Pré-diagnóstico da Agricultura Urbana no Município de Belo Horizonte*. Disponível em: <www.rede-mg.br>

² “Atualmente o salário mínimo está em R\$380,00 (Us\$225,38 por mês por família, com valor de R\$1,2860 cada dólar em 04/03/08). A renda per capita pra Belo Horizonte, em 2006, foi estimada em R\$ 733,00” (REDE, PBH, 2008, p.22).

³ A análise e interpretações sobre tais práticas derivam do conhecimento adquirido pela autora através do projeto de extensão *Promoção de práticas de agricultura urbana como ferramenta de desenvolvimento local na Vila Cafezal, Belo Horizonte - MG* (PROEX-BIO/2008) elaborado e executado pelo Grupo Aroeira - Sociedade, Ambiente e Cultura. O Grupo foi criado em 2006 por estudantes da graduação e pós-graduação em Geografia, Farmácia, Biologia, Nutrição e Letras da UFMG.

⁴ Fundação RUAF – Rede Internacional de Centros e Recursos em Agricultura Urbana e Segurança Alimentar (Holanda), Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (Brasil), IPES - Promoção do Desenvolvimento Sustentável (Peru), AS-PTA-Assessoria e serviços a Projetos em agricultura alternativa (Brasil), Cáritas brasileira.